

# Ditadura Militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado

David Maciel\*

## **Resumo:**

A Ditadura Militar (1964-1985) cumpriu um papel histórico fundamental para a atual hegemonia do capital monopolista sobre a sociedade brasileira, qual seja o de interromper o movimento antiautocrático desencadeado pelas classes trabalhadoras e suas organizações políticas e sociais no início dos anos 60 e repor a autocracia burguesa em bases atualizadas e apropriadas ao capitalismo monopolista dependente-associado. Por isto, 29 anos após o final do regime dos generais, a ditadura de classe do grande capital se mantém, desdobrando-se desenvolvendo a partir do legado deixado pela Ditadura Militar.

**Palavras-chave:** Ditadura Militar, capital monopolista, autocracia burguesa, hegemonia.

## Military Dictatorship and monopolist capital: structuring, dynamics and legacy

## **Abstract:**

The Military Dictatorship (1964-1985) played a fundamental historical role in the current hegemony of monopoly capital over Brazilian society. That role was to interrupt the anti-authoritarian movement set in motion by the working classes and their political organizations at the beginning of the 60s and to restore the bourgeois autocracy on updated foundations that were appropriate for associated-dependent monopoly capital. As a result, 29 years after the end of the generals' regime, the class dictatorship of big capital persists, unfolding itself and developing based on the legacy left by the Military Dictatorship.

**Keywords:** Military Dictatorship; monopoly capital; bourgeois autocracy; hegemony.

A Ditadura Militar (1964-1985) cumpriu um papel histórico fundamental para a atual supremacia do capital monopolista sobre a sociedade brasileira, qual seja o de interromper o movimento antiautocrático desencadeado pelas classes trabalhadoras e suas organizações políticas e sociais no início dos anos 60 e repor a autocracia burguesa em bases atualizadas e apropriadas ao capita-

---

\* Doutor em História pela UFG; professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFG, Goiânia-GO, Brasil. Coordenador do Núcleo de Pesquisas e Estudos em História Contemporânea (FH/UFG) e do Grupo de Pesquisa "Capitalismo e História" (CNPq); é autor do livro *De Sarney à Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985- 1990)*. São Paulo: Alameda; Goiânia: Funape, 2012. End. eletrônico: macieldavid@ig.com.br

lismo monopolista dependente-associado. A reposição da autocracia burguesa a partir dos interesses do grande capital levou-a ao paroxismo, garantindo o seu aperfeiçoamento e a imposição vitoriosa de seu horizonte histórico com efeitos de longa duração. Por isto, mesmo hoje, 29 anos após o final do regime dos generais, a ditadura de classe do capital monopolista se mantém, desdobrando-se e se desenvolvendo a partir do legado deixado pela Ditadura Militar. Este aspecto não tem sido contemplado na devida conta pelo debate político e historiográfico atual sobre a Ditadura Militar, e aqui se busca levantar alguns elementos fundamentais, mesmo que de maneira muito introdutória, para a necessária abordagem da questão.

A reposição da autocracia burguesa demandou não só uma intervenção radical e, em determinados aspectos, ainda irreversível na institucionalidade política visando ao controle dos conflitos políticos e sociais, mas a aceleração do processo de transformação capitalista modificando drasticamente a estrutura econômico-social, a relação entre sociedade e Estado e a própria dinâmica da luta de classes. Nestes termos, podemos afirmar que, apesar de todas as mudanças ocorridas, e elas não foram de pequena monta, em linhas gerais as formas e o ritmo da luta de classes no Brasil continuam condicionados pelas estruturas e mecanismos criados pela Ditadura Militar. Neste trabalho levantaremos os principais aspectos do legado da Ditadura Militar e suas vinculações com a atual hegemonia do capital monopolista na sociedade brasileira.

### **A nova dinâmica da acumulação capitalista**

A partir de meados dos anos 50, a economia brasileira passa a desenvolver um movimento de expansão que combina abertura econômica, fortalecimento das empresas estatais e generalização das relações capitalistas, com vistas ao aprofundamento do processo de industrialização por substituição de importações e à superação dos obstáculos políticos, tecnológicos e financeiros que dificultavam seu desenvolvimento desde o final da Segunda Guerra Mundial. Este movimento desencadeia o estabelecimento de um novo padrão de acumulação capitalista dirigido pelas empresas estrangeiras situadas no departamento III da indústria (bens de consumo duráveis) que submete a economia brasileira aos ritmos de reprodução e lucratividade específicos do capital monopolista, estabelecendo uma nova dinâmica econômico-social; ao mesmo tempo em que reforça a dependência ao capital externo, colocando-a em novas bases. Este movimento de expansão sofre um momento de dificuldade no início dos anos 60 devido a três fatores: o Estado brasileiro ainda não se encontrava devidamente aparelhado em termos institucionais para cumprir as tarefas que o novo padrão de acumulação demandava; abre-se um ciclo recessivo que diminuiu o ritmo de crescimento

econômico e, finalmente, inicia-se uma conjuntura política de crise da hegemonia populista que torna incerta a continuidade da expansão nos termos em que esta vinha se dando (Oliveira, 1984:114-134).

Diante disto, o golpe de 1964 e a Ditadura Militar cumprem um papel decisivo, na medida em que criam as condições políticas e econômicas que permitem a superação destas contradições e a consolidação do novo padrão de acumulação. Entre estas medidas destacaríamos a violenta repressão política que se abateu sobre o movimento dos trabalhadores e as forças políticas que propugnavam um desenvolvimento capitalista alternativo, facilitando a política de arrocho salarial aplicada durante todo o período e a opção pela dependência; a centralização política em torno do poder Executivo, conferindo ao governo maior margem de manobra na execução das tarefas necessárias; o crescimento do aparelho de Estado, ampliando sua capacidade de intervenção e planejamento econômico; a ampliação do setor produtivo estatal e dos investimentos públicos em infraestrutura, criando empresas gigantescas e com fortes tendências monopolistas e uma reforma financeira que criou as bases do processo de financeirização da economia, que cumprirá um papel decisivo na valorização do capital a partir dos anos 80 (Maciel, 2004:27-84).

Neste sentido, por mais que o modelo desenvolvimentista tenha sido superado pelo neoliberalismo e a economia brasileira tenha passado por intensas transformações desde o final da Ditadura -com especial destaque para a privatização (direta ou indireta) das empresas estatais, a abertura comercial e financeira, a flexibilização dos direitos trabalhistas e o processo de desindustrialização relativa-, a consolidação do padrão de acumulação dependente-associado instituiu componentes estruturais que configuram centralmente a economia brasileira desde então: a concentração e centralização do capital aliada à monopolização dos mercados; a integração capitalista, com tendência das grandes empresas atuarem sucessivamente em diversos ramos econômicos; a internacionalização da economia, tanto com a presença crescente das empresas estrangeiras na economia nacional, quanto com a busca de mercados externos para a exportação de manufaturados e capitais; a transformação do tesouro nacional em capital financeiro geral, em “pressuposto do lucro privado” (Oliveira, 1984:94), e a manutenção da superexploração do trabalho como requisito fundamental da acumulação capitalista, apesar de todas as mudanças relacionadas à consolidação do capitalismo monopolista.

O processo de concentração e centralização do capital foi ditado fundamentalmente pela nova dinâmica econômica instituída pela presença do grande capital internacional no setor produtivo e pelos novos ritmos de competitividade criados, instituindo níveis de lucratividade e produtividade que exigiam a aceleração da concentração capitalista também entre as empresas nacionais, tanto as públicas

quanto as privadas (Possas, 1983). A própria concentração capitalista tornou-se fundamental para viabilizar o financiamento do novo padrão de acumulação, que voltava a externalizar parte significativa do circuito de acumulação capitalista por meio da importação crescente de capital e de bens de capital, assim colocando a dependência em novas bases. Entre as empresas nacionais aquelas do setor público foram as que mais se concentraram, até mesmo por conta de sua presença monopolista em diversos setores e pelo novo fluxo de investimentos desencadeado pelos governos militares para fazer frente às exigências de financiamento do novo padrão de acumulação (Oliveira, 1984:76-113). Porém, também ocorre significativo processo de concentração entre as empresas privadas nacionais, principalmente no setor bancário, por conta da tentativa operada pelo governo de criar um novo sistema de financiamento no país (Gremaud, Saes e Toneto, 1997:167-231). Segundo dados apresentados por Silva (1992: 73-74), em 1988 os 13 setores mais importantes da indústria brasileira apresentavam um grau médio de concentração de 63%, sendo os maiores índices nos setores de material de transporte, metalurgia, minerais não-metálicos, mineração, borracha, bebidas e fumo; enquanto no comércio o índice médio de concentração era ainda maior, de 71%. Conseqüentemente a monopolização do mercado por grandes empresas se disseminou por diversos setores da economia, do setor bancário aos diversos ramos da indústria, principalmente nos departamentos I e III, e mesmo em determinados segmentos da produção agrícola.

Este processo de concentração e centralização possibilitou a expansão das grandes empresas por diversos setores da economia, num movimento de integração capitalista vivenciado principalmente no setor agroindustrial, muitas vezes combinando num mesmo circuito de acumulação a intermediação bancária e comercial, a produção industrial e a produção agrícola. Na agricultura ocorre a penetração capital monopolista, com forte apoio governamental, submetendo os grandes proprietários de terra ou obrigando-os a transformar seus empreendimentos em empresas capitalistas voltadas para a modernização econômica e tecnológica. Paralelamente ao aumento da produtividade e à decuplicação do consumo de máquinas, equipamentos e outros insumos agrícolas, ocorre um processo de concentração da propriedade da terra expresso no aumento do número total e relativo de latifúndios, combinando-os cada vez mais com a moderna empresa capitalista. Paralelamente, a empresa agrícola participa ativamente do esforço governamental para ampliar a pauta de exportações, direcionando-se prioritariamente para o mercado externo, em detrimento da produção de alimentos para consumo interno. Outra mudança importante foi a disseminação das relações de produção capitalistas no campo, baseadas na separação completa entre capital e força de trabalho, reduzindo ou mesmo eliminando as antigas relações de produção de caráter não-capitalista e criando um proletariado rural

numeroso, submetido ao trabalho assalariado temporário em sua grande maioria (Gremaud, Saes e Toneto Jr., 1997:197-204).

O processo de concentração e centralização capitalista acelera o processo de concentração de renda, pois enquanto os 20% mais pobres da população economicamente ativa com rendimento não nulo tiveram sua participação na renda nacional reduzida de 3,6% em 1960 para 3,2% em 1980; os 20% mais ricos aumentaram sua participação de 54,4% para 63,2%; no segmento 1% mais rico o aumento foi de 12,1% para 18,2 no mesmo período. Entre 1970 e 1980 o índice de gini subiu de 0,568 para 0,590 (Gremaud, Saes e Toneto Jr., 1997:189). Foi a este um quinto da sociedade brasileira, formado pelas diversas burguesias e pela classe média alta, que a Ditadura Militar serviu, como forma política perfeita da autocracia burguesa.

A internacionalização da economia foi outra modificação definitiva desenvolvida pela política econômica da Ditadura Militar, que se deu no sentido da presença crescente do grande capital externo em diversos setores da economia brasileira, na criação de um movimento de expansão externa cujo primeiro passo foi a transformação da indústria brasileira em plataforma de exportação das empresas transnacionais aqui instaladas e no estabelecimento de uma estrutura de financiamento crescentemente dependente de recursos externos (Oliveira, 1984:76-113). A partir do golpe de 1964, a penetração do capital externo na economia brasileira aumentou exponencialmente. Tendo como referência o valor do dólar em dezembro de 1985, pesquisa do Banco Central mostra que o volume total de investimentos e reinvestimentos estrangeiros na economia brasileira saltou de 956 milhões de dólares no período 1951-1960 para 2,12 bilhões na década seguinte (1961-1970), 12,3 bilhões entre 1971-1979 e nada menos que 9,49 bilhões apenas entre 1980 e 1984 (Banco Central do Brasil, 1985). De acordo com dados apresentados por Possas, das 1528 maiores empresas industriais existentes no país no ano de 1970, 29,3% eram propriedade estrangeira (448 empresas), 67,5% de propriedade privada nacional (1032 empresas) e 3,1% de propriedade pública (48 empresas). Porém, apesar das empresas públicas responderem por 16,6% da produção, indicando o altíssimo grau de concentração nas empresas estatais, nada menos que 50,1% da produção industrial das maiores indústrias provinham das empresas estrangeiras. Os setores que lideraram o crescimento industrial nos anos 60 e 70 foram justamente aqueles em que as empresas estrangeiras assumiram um papel “significativo e proeminente” (Possas, 1983:31; 33).

Paralelamente, a pauta de exportações brasileira diversificava-se para fazer frente à necessidade crescente de divisas, a fim de garantir a remuneração do capital externo e para contornar os limites do mercado interno, configurando uma perspectiva imperialista, subimperialista segundo Marini (2000: 105-165), que

vigora desde então. De tradicional exportador de matérias primas e alimentos, o Brasil torna-se também exportador de produtos industrializados e, mais tarde, de capital. Segundo dados apresentados por Singer (2001:110-111) as exportações de produtos industriais representavam 36,1% do total das exportações em 1972, subindo para 47,4% em 1978 e chegando a 66,3% do total exportado em 1984, enquanto seu valor foi multiplicado por 12,4 no mesmo período. Se originalmente a abertura para a inserção das empresas estrangeiras na indústria brasileira inscrevia-se no projeto de substituição de importações, que vislumbrava colocar a internalização da acumulação capitalista em novo patamar, as próprias contradições geradas pelo novo padrão de acumulação dependente-associado levaram ao colapso do projeto desenvolvimentista e tornaram a internacionalização direta ou indireta da economia a condição para a continuidade do capitalismo monopolista no país. Se inicialmente pretendia-se ampliar o parque industrial nacional introduzindo o setor de bens de consumo duráveis, particularmente o automobilístico por conta de sua grande capacidade de “contaminação” de outros ramos industriais, e fortalecendo o setor de bens de capital de propriedade estatal ou privada nacional, a própria dinâmica de acumulação instituída a partir da entrada do grande capital externo determina a ampliação de sua presença por outros setores. Além disso, o financiamento da acumulação passa a depender fundamentalmente de recursos externos, principalmente por meio do endividamento estatal (Oliveira, 1984:76-113). Durante os anos 70 ocorre um processo de “estatização” da dívida externa, que simplesmente inverte a posição do capital privado e do setor público como tomadores de empréstimos junto a capitais privados: em 1972 75,1% das captações brutas eram efetuadas pelo capital privado, enquanto no setor público apenas 24,9%; porém, em 1980 os índices passam a 23,4% e 76,6%, respectivamente. Neste período, o montante tomado pelo setor público para “intermediação financeira” quase quadruplica, passando de 3,1% para 11,1% do total (Cruz, 1983:73; 78). Nos anos 90 este movimento se intensificará, com o setor público sendo basicamente transferido para a grande propriedade estrangeira, apesar do grande capital nacional também participar deste processo de maneira subordinada.

Particularmente com o estabelecimento da ciranda financeira a partir dos anos 80, o processo de integração entre os diversos setores do capital se intensifica, com as empresas do setor produtivo participando ativamente da especulação financeira desencadeada a partir daí. Dados apresentados por Gremaud, Saes e Toneto Júnior (1997:205) mostram que entre 1964 e 1984 os haveres financeiros passaram de 23,9% para 62,8% do PIB, indicando a importância crescente da especulação financeira no processo de valorização do capital. Esta situação de intensificação da dependência tem como conseqüências diretas o crescimento exponencial da dívida pública, acirrando a função de “capital financeiro geral”

exercida pelo tesouro público, e a manutenção da superexploração do trabalho como fundamento de todo este processo de expansão capitalista.

A superexploração do trabalho não é característica exclusiva dos países de capitalismo dependente e segundo Marini (2000:269-295) tendeu mesmo a se expandir nos países capitalistas centrais com a chamada “globalização”; no entanto, é nos primeiros que funciona como eixo da acumulação capitalista (Marini, 2000:105-165). No Brasil este componente estrutural tornou a repressão política e o controle sobre o movimento dos trabalhadores uma necessidade para a viabilização da acumulação capitalista, fundamentando historicamente a criação e reprodução da autocracia burguesa (Fernandes, 1987). No entanto, a partir das mudanças estruturais operadas pela Ditadura em favor do capitalismo monopolista, da presença das empresas estrangeiras no setor produtivo nacional e do próprio processo de expansão capitalista, os níveis de produtividade das indústrias de ponta passam a ditar cada vez mais o ritmo e a dinâmica da acumulação, permitindo o avanço das forças produtivas e a elevação da composição orgânica do capital em termos gerais e assim favorecendo o pleno funcionamento da lei do valor. Esta situação poderia deslocar cada vez mais a superexploração do trabalho como componente estrutural do capitalismo brasileiro, tornando-a crescentemente desnecessária na medida em que a composição orgânica do capital aumentasse em todos os setores, não só nos setores mais desenvolvidos, assim deslocando progressivamente a centralidade das formas de controle político baseadas repressão política aberta, como alguns analistas chegaram a vislumbrar no período. Porém, o aprofundamento da própria dependência, além das vantagens extraordinárias (internas e externas) obtidas pelas empresas de maior composição orgânica do capital (justamente as de capital monopolista) numa situação de depressão do valor médio da força de trabalho tornaram a manutenção da superexploração do trabalho uma necessidade (Souza, 2014) e, acrescentaríamos, também do seu corolário político, a autocracia burguesa.

Evidências importantes deste processo podem ser percebidas na comparação entre o comportamento do salário mínimo, que sempre foi um indexador decisivo na definição do valor médio da força de trabalho, do PIB “per capita” e da produtividade do trabalho. A partir da aplicação do Plano de Metas, ainda no governo JK (1956-61), a disparidade entre os três índices começa a se ampliar, acentuando-se durante a Ditadura Militar e se mantendo em todo o período posterior, já sob grande mobilização dos trabalhadores. Dados apresentados por Soares (2002:61) comparando o valor do salário mínimo no município de São Paulo (o que se justifica pela importância econômica da cidade e pelo fato de que o salário mínimo só passou a ser nacionalmente unificado em 1984) e a variação do PIB “per capita” entre 1940 e 1988 mostram isto. Tomando os valores de 1940 como equivalentes ao índice 100 para ambos, o salário mínimo aumenta

para 122,65 em 1957, enquanto o PIB “per capita” aumenta para 170,92; em 1964 temos respectivamente 92,49 e 211,36; em 1974 temos 54,48 e 372,48; em 1982, temos 66, 02, e 442, 49; em 1988, o salário mínimo atinge seu pior índice (medido até setembro), apenas 34,61, enquanto o PIB salta para 485,81. Mesmo depois da democratização a tendência de queda do salário mínimo prossegue, despencando para 22,1 em 1996 e chegando em 2011 a apenas 44,9, mesmo depois de um período de valorização relativa iniciado em 2004 (Oliveira, 2011). Dados apresentados por Pochmann (2010:31; 70) mostram que o índice de produtividade do trabalho duplicou durante a Ditadura Militar e continuou crescendo depois, passando de aproximadamente 350 em 1964 para 700 em 1980; em 1984 caiu para algo próximo a 650, mas desde então desenvolveu uma tendência de alta, apesar das oscilações, chegando a 800 no final da década de 2000. Enquanto isto, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional cai de 56,6% em 1959/60 para 52% em 1969/70, 50% em 1979/80, 45% em 1989/90 e 40,3% em 2005/06.

A manutenção da superexploração do trabalho como componente estrutural da economia brasileira, mesmo após a consolidação do capitalismo monopolista, ajuda a explicar porque a autocracia burguesa não foi abolida durante o processo de transição democrática, mas apenas reformada, apesar do crescimento da sociedade civil e da intensa pressão popular por sua superação nos anos 70 e 80.

### **Sociedade civil ampliada e a fabricação do consenso com (grande) negócio**

A consolidação do capitalismo monopolista durante a Ditadura Militar favoreceu o crescimento e a disseminação dos aparelhos privados de hegemonia ligados às classes dominantes, criando uma sociedade civil com crescente capacidade de produção de consenso, mesmo que passivo, e de organização dos interesses dominantes. Neste movimento ressalta-se o fortalecimento de todo um conjunto de associações corporativistas paralelas à estrutura sindical patronal, organizadas fundamentalmente pelas frações monopolistas do capital e com grande capacidade de interlocução com o Estado, encaminhando suas demandas e influenciando a definição de políticas setoriais do governo. Enquanto os trabalhadores tinham suas demandas corporativas aprisionadas pela estrutura sindical estatal, submetida a rigoroso controle político, à repressão e a uma perspectiva meramente corporativista, as frações do grande capital contornavam os limites corporativos da estrutura sindical por meio de mecanismos paralelos de representação, mais ágeis e mais afinados com seus interesses gerais, ampliando sua capacidade de organização, mobilização política e interlocução com o Estado (Diniz e Boschi, 1978). Ao longo do processo de transição política, estas associa-



ções extracorporativas cumprirão um papel decisivo na articulação intersetorial com vistas à intervenção no debate público, no processo eleitoral e na defesa dos interesses burgueses durante a elaboração da nova constituição (Dreifuss, 1989).

Paralelamente, há o enorme crescimento dos meios de comunicação de massa, com o surgimento de grandes empresas jornalísticas, editoriais e de comunicação, em alguns casos atuando conjuntamente em todos estes setores. Estas últimas foram especialmente beneficiadas pela política de expansão do sistema de comunicações e telefonia, entendido pelo regime militar como assunto de segurança nacional, o que deu origem a grandes investimentos e favoreceu a inserção nacional destes veículos, particularmente a televisão. A formação de grandes empresas de mass media com capacidade para monopolizar o mercado cultural impactou decisivamente na própria produção cultural, favorecendo um processo de “pasteurização” e mercantilização da arte e da cultura. Cada vez mais ditadas pela perspectiva das grandes empresas de comunicação de massa (editoras, produtoras cinematográficas, gravadoras, redes de televisão e rádio), fundamentalmente direcionadas para a mercantilização dos bens simbólicos e a ampliação do mercado cultural como campo de investimentos capitalistas de grande porte. A própria política cultural desenvolvida pelo governo militar fortaleceu ativamente esta perspectiva em nome de uma pretensa “popularização” e “massificação” da cultura, que revelava a intenção de combater e esvaziar uma perspectiva crítica e de esquerda desenvolvida desde antes do golpe, agora acusada de esteticamente “elitista” ou politicamente “ideologizada”. Por meio de diversos órgãos e institutos o governo apoiou e financiou o estabelecimento de uma nova dinâmica no plano da cultura ditada pela lógica de um mercado cultural que adquiriu proporções internacionais, tornando o país um dos maiores produtores e consumidores de bens simbólicos do mundo, e cujos maiores investidores eram as multinacionais e o próprio Estado (Ortiz, 1985:79-126).

No plano educacional a Ditadura Militar submeteu o sistema de ensino a uma perspectiva tecnicista e despolitizada que valorizou a formação de mão de obra para o mercado capitalista em expansão e submeteu a formação escolar à ideologia de segurança nacional, com a alteração de currículos e a definição dos conteúdos, em grande medida amputados de uma perspectiva crítica e politizadora, seja em função da repressão, seja em função da própria derrota política dos setores que defendiam uma perspectiva educacional alternativa. A ampliação da educação básica e do ensino profissionalizante, voltados para as classes trabalhadoras, conviveu com um crescimento expressivo do ensino superior, destinado às classes superiores, num dualismo que visava reproduzir a hierarquia social ao mesmo tempo em que atendia as novas necessidades da acumulação capitalista e buscava diminuir a pressão pela democratização do acesso ao ensino. Em

consonância com este processo, ocorre o crescimento exponencial do ensino privado, voltado principalmente para os trabalhadores e de qualidade inferior, abrindo um setor economicamente importante para investimentos e submetendo este bem social à lógica da acumulação capitalista. Cria-se assim um poderoso instrumento de produção e disseminação ideológica, atingindo parcelas significativas da população (Freitag, 1980).

A ampliação vertiginosa dos aparelhos privados de hegemonia ligados às classes dominantes durante a Ditadura Militar teve como contrapartida um crescimento também importante dos aparelhos de hegemonia ligados às classes trabalhadoras, porém, em moldes diferentes. Isto porque, além de sofrerem constantemente os limites à sua movimentação impostos pela repressão política e comparativamente possuírem muito menos recursos materiais para disputar o consenso social, os aparelhos ligados à luta das classes trabalhadoras foram obrigados a operar nos marcos de uma divisão de funções, de caráter politicamente autocrático, entre economia e política (demandas corporativas e demandas político-ideológicas) imposta pela institucionalidade autoritária num movimento transformista de largo fôlego e expressa na dicotomia entre partidos e sindicatos/associações e na dicotomia mobilização social versus política institucional. Isto dificultou enormemente a articulação conjunta de suas lutas e sua unificação política; e mesmo quando ocorreu, já durante a transição política, se deu reproduzindo esta distinção. Como evidenciam a trajetória da CUT e do PT, cada qual operando numa instância institucional voltada para sua passivização e integração transformista à ordem. Também favoreceu a conversão de parcela importante das entidades ligadas aos trabalhadores à uma perspectiva assistencialista e empresarial nos anos 90, e sua adesão à lógica neoliberal de privatização do público e de solução da questão social por meio de políticas sociais compensatórias.

Esta sociedade civil burguesa ampliada e diversificada cumpriu um papel decisivo na produção de consenso passivo durante a Ditadura e, mais do que isto, atraiu apoio para a própria perspectiva autocrático burguesa, hostil à ascensão dos trabalhadores à condição de sujeito político, às suas expressões político-organizativas e ao seu projeto histórico, mesmo quando não era mais possível manter a repressão política aberta como mecanismo fundamental de controle do conflito social e político. Durante a transição democrática estes aparelhos privados de hegemonia foram decisivos não só para garantir a prevalência dos interesses do grande capital organizando a intervenção política das classes burguesas, como nos processos eleitorais e durante a constituinte, mas para evitar que a crise de hegemonia vivenciada no final dos anos 80 ultrapassasse a autocracia burguesa, colocando em xeque a própria dominação do capital monopolista.

## O apogeu da autocracia burguesa e sua reforma

Além das condições econômicas e institucionais, a Ditadura Militar também criou as condições políticas para o estabelecimento da supremacia do capital monopolista no Brasil. A partir do golpe de 1964, tratou-se de estabelecer mecanismos e procedimentos de controle do conflito político, particularmente a movimentação política e social das classes trabalhadoras, através da criação de uma institucionalidade autoritária que elevou o Estado autocrático-burguês à sua forma limite no Brasil. Esta se instalou e consolidou de modo progressivo ao longo da primeira década da Ditadura (1964-1974), como resposta do governo militar e do bloco no poder às sucessivas conjunturas políticas e às reações da oposição popular e mesmo da oposição burguesa. Entre as características principais da institucionalidade autoritária destaca-se em primeiro lugar o cesarismo militar. Situação em que a direção política das classes dominantes é exercida pelo militares, o cesarismo militar começa a ser instituído com o próprio golpe e a ascensão ao governo do general Castelo Branco, porém, sua formatação definitiva se com o AI-5 e a ascensão do general Médici, quando a presidência da República concentra e centraliza ainda mais o poder. Os militares assumiram esta função não só por sua capacidade de resolver o conflito político e social *manu militari*, mas por que a doutrina de segurança nacional, da qual eram os principais portadores, combinava-se perfeitamente com a perspectiva ideológica do capital monopolista, cimentando a unidade do bloco no poder naquele período. A autonomia política e operacional adquirida pelos militares devido ao cesarismo militar permitiu-lhes criar um gigantesco aparato repressivo e de informações disseminado por várias instâncias do aparelho de Estado e voltado prioritariamente para o combate à oposição popular e de esquerda. A concentração de poder em torno da presidência da República garantiu a supremacia do poder Executivo sobre os poderes Legislativo e Judiciário, através do instituto do decreto-lei, de cassações parlamentares, do fechamento do Congresso Nacional em diversos momentos, da interferência no Supremo Tribunal Federal e do próprio controle do sistema partidário. Desta maneira, o governo militar favorecia a representação dos interesses do capital monopolista junto ao Estado, através de relações diretas entre as associações corporativas e extracorporativas, as lideranças empresárias e a burocracia, em detrimento da representação de interesses das frações não-hegemônicas do bloco no poder, e mais ainda dos interesses das classes trabalhadoras, obrigadas a viabilizar suas demandas preferencialmente por meio do sistema partidário e eleitoral (Maciel, 2004).

Neste ponto, revela-se outra dimensão especificamente autocrática da institucionalidade autoritária, qual seja, a separação institucional entre demandas corporativas e demandas políticas. Tal separação manifesta-se tanto na estrutura sindical estatal, herdada da Era Vargas e reforçada por um rígido controle

político dos sindicatos, quanto na estrutura partidária. Durante a Ditadura a estrutura sindical estatal foi mantida e a tutela estatal sobre os sindicatos ainda mais intensificada com intervenções, cassações e prisões de militantes, controle político das eleições sindicais, privilegiamento do assistencialismo sindical, entre outras formas de controle. Porém, a principal diretriz para a questão sindical foi a tentativa de “despolitização” da vida sindical, limitando os sindicatos a demandas meramente corporativas e assistencialistas, e esvaziando o compromisso das entidades com qualquer perspectiva política mais ampla. Ou seja, além de combater a perspectiva de organização da vida sindical a partir dos interesses comuns das classes trabalhadoras e em torno do debate sobre o modelo econômico, o sistema político, etc., a política sindical do governo impedia até mesmo a articulação intersindical para além dos limites da estrutura sindical (federações e confederações). A proibição do CGT e o combate a outras formas de articulação intersindical evidenciam esta perspectiva, mostrando que o que valia para o capital não valia para os trabalhadores.

No plano partidário há iniciativa semelhante, pois os partidos oficiais foram considerados a única forma legítima e legal de encaminhamento de demandas políticas, obviamente mais amplas do que as simples demandas corporativas, porém sob uma legislação rígida, que procurava esvaziar sua capacidade mobilizadora e organizativa ou, em outras palavras, sua articulação classista. A partir disto, a legislação criou uma estrutura partidária orientada para a criação e fortalecimento de “partidos institucionais” (Maciel, 2004: 49-50), partidos mais voltados para a ocupação de cargos e o acesso a “prebendas” no aparelho de Estado do que para a organização e mobilização da sociedade civil. Além disso, criou-se um sistema eleitoral altamente distorcido, que favorece o uso e abuso do poder econômico no processo eleitoral e a representatividade na Câmara dos Deputados dos estados (Norte e Nordeste) onde predominavam as forças políticas conservadoras e os trabalhadores tinham mais dificuldades de organização.

Nos anos 80 a Ditadura Militar entra em crise por conta das próprias contradições geradas pela consolidação do capitalismo monopolista e pelo fenomenal avanço político e organizativo dos trabalhadores, terminando em 1985. Mas é preciso dizer que o processo de transição política que pôs fim à Ditadura e criou uma institucionalidade democrática foi regido pela perspectiva de democratização “lenta, gradual e segura”, projetada ainda em 1974 pelo governo Geisel, o que definiu sua dinâmica e seus limites (Maciel, 2004). A manutenção da superexploração do trabalho como elemento fundamental na própria dinâmica de reprodução da dependência tornou a preservação dos mecanismos de controle do conflito social e político uma necessidade intransponível para o capital. Na hora mais crítica do poder burguês, quando a crise do bloco histórico do desenvolvimentismo atingia o auge e a perspectiva popular ameaçava colocar em

xeque a dominação do capital monopolista (1987-1989), foi a incorporação dos mecanismos acima indicados na nova institucionalidade política que se criava o que garantiu a preservação da ordem social e o desencadeamento de um novo ciclo de expansão capitalista, já sob a lógica neoliberal. Para tanto foi necessário que, na institucionalidade democrática saída da Constituição de 1988, os militares preservassem sua autonomia institucional diante do poder civil e seu direito legal de intervir nos conflitos políticos e sociais; que a Lei de Segurança Nacional continuasse em vigor; que a figura do decreto-lei se metamorfoseasse em medida provisória e que os ministros indicados para o STF pelo presidente agora tivessem que passar por “aprovação” pelo Senado; que se conquistasse a liberdade de organização partidária, mas que a estrutura partidária continuasse “institucional”; que se conquistasse a liberdade de organização sindical, não a autonomia sindical e nem o fim da tutela do Estado; que se pudesse votar em todos os cargos executivos e legislativos, mas que o poder econômico pudesse intervir no processo eleitoral com desembarço (Maciel, 2012:299-343). Isto significa que a institucionalidade democrática criada com o fim da Ditadura incorporou aspectos decisivos da institucionalidade autoritária anteriormente instalada, criando uma democracia limitada, com um forte conteúdo transformista.

Após a Ditadura Militar e a conclusão da transição democrática, o estabelecimento da atual hegemonia do capital monopolista, particularmente do capital financeiro internacional, sobre a sociedade brasileira exigiu novas iniciativas e procedimentos. A partir dos anos 90 novo aperto é dado no torniquete da autocracia burguesa reformada com a aprovação das (contra)-reformas neoliberais, desdobradas nos anos 2000, e a conclusão da longa operação transformista imposta sobre o movimento social das classes trabalhadoras e suas principais organizações. Se de um lado isto implicou numa ampliação inaudita da liberdade de movimentação do capital, favorecendo o aprofundamento da dependência externa, o predomínio do capital externo sobre o conjunto das frações burguesas, a flexibilização/eliminação de direitos sociais e trabalhistas e a própria superação do desenvolvimentismo pelo neoliberalismo; de outro lado esvaziou a perspectiva antiautocrática das principais organizações dos trabalhadores, como o PT e a CUT, favorecendo sua integração passiva à ordem e às estruturas políticas e institucionais herdadas da Ditadura Militar e reformadas durante a transição. Tais procedimentos mostraram-se necessários devido à própria crise do poder burguês agudizada na fase final da transição, mas se tornaram possíveis porque tiveram por base os elementos estruturais desenvolvidos pela Ditadura Militar em favor do capital monopolista e preservados durante o processo de transição. Deste ponto de vista, a Ditadura Militar não acabou e, portanto, a luta contra ela deve continuar.

## Bibliografia

- BANCO CENTRAL DO BRASIL (1985). *Investimentos e reinvestimentos estrangeiros no Brasil*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/Pa%C3%ADsDaEmpresa-Ano-50-85/Htms/PAISES-EMPRESA-ANO-50-85.asp?idpai=INVEDIR>. Acesso em: 12/5/2014.
- CRUZ, Paulo Davidoff (1983). Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta. In: BELLUZZO, Luiz G. de M. e COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Volume 2. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense.
- DINIZ, Eli e BOSCHI, Renato (1978). *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- DREIFUSS, René A. (1989). *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- FERNANDES, Florestan (1987). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- FREITAG, Bárbara (1980). *Escola, Estado e sociedade*. 3ª ed. rev. São Paulo: Moraes.
- GREMAUD, Amaury P.; SAES, Flávio A. M. de & TONETO JR., Rudinei (1997). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas.
- MACIEL, David (2004). *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã.
- \_\_\_\_\_ (2012). *De Sarney à Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985- 1990)*. São Paulo: Alameda; Goiânia: Funape.
- MARINI, Rui Mauro (2000). *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes.
- OLIVEIRA, Francisco de (1984). *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal.
- OLIVEIRA, Mariana (2011). *Veja evolução do salário mínimo desde sua criação, há 70 anos*. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/02/veja-evolucao-do-salario-minimo-desde-sua-criacao-ha-70-anos.html>. Acesso em: 12/5/2014.
- ORTIZ, Renato (1985). *Cultura brasileira & identidade nacional*, terceira edição, São Paulo, Brasiliense.
- POCHMANN, Marcio (2010). *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez.

- POSSAS, Mário Luiz (1983). Empresas multinacionais e industrialização no Brasil. In: BELLUZZO, Luiz G. de M. e COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Volume 2. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense.
- SINGER, Paul (2001). Evolução da economia e vinculação internacional. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia das Letras.
- SILVA, Nelson do Valle e (1992). A sociedade. In: JAGUARIBE, Helio (org.) *Sociedade, Estado e Partidos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOARES, Alcides R (1991). *Formação histórica e papel do setor estatal da economia brasileira, 1930-1989*. São Paulo: Lume.
- SOUZA, Nilson Araújo (2014). A economia da ditadura e da transição. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo.